



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para
Estagiários de Direito – 2013

CADERNO DE PROVAS

Recife, 31 de agosto de 2013

INSTRUÇÕES

As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.

1. Este caderno de provas contém as 35 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 5 de **Direito Constitucional**, 5 de **Direito Civil**, 5 de **Direito Processual Civil**, 5 de **Direito Penal**, 5 de **Direito Administrativo** e 10 de **Língua Portuguesa**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 1º/7/2013. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefones celulares, que deverão ser desligados.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, do cartão de respostas e da Prova Dissertativa, caso seja usada folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(a) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou do cartão de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas do cartão de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas ou emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição do cartão de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(a) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas deverão ser completamente marcadas, sem que seus limites sejam ultrapassados. O cartão de respostas deve ser manuseado com cuidado para que não seja dobrado ou amassado. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado e marcado no cartão de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul, conforme exemplo abaixo (número de inscrição fictício "123456"):

I N S C R I Ç Ã O	1	0		2	3	4	5	6	7	8	9
	2	0	1		3	4	5	6	7	8	9
	3	0	1	2		4	5	6	7	8	9
	4	0	1	2	3		5	6	7	8	9
	5	0	1	2	3	4		6	7	8	9
	6	0	1	2	3	4	5		7	8	9

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

BOA SORTE!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2013

PROVA OBJETIVA

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Analise as proposições abaixo e escolha a alternativa correta:

I – No controle concentrado de constitucionalidade promovido pelo STF, a declaração de inconstitucionalidade de lei produz efeitos *erga omnes*, independentemente de ato do Senado da República suspendendo sua execução.

II – O controle difuso de constitucionalidade é de competência exclusiva dos tribunais superiores, pelos seus respectivos plenários (reserva de plenário).

III – Os analfabetos possuem capacidade eleitoral passiva.

IV – É caso de suspensão dos direitos políticos a condenação criminal transitada em julgado.

- (A) Somente I e IV estão corretas;
(B) Somente I e III estão corretas;
(C) Somente I, II e IV estão corretas;
(D) Somente III e IV estão corretas;
(E) Somente II e III estão corretas.

QUESTÃO 02

Analise as proposições abaixo e escolha a alternativa correta:

I – Quando o fato discutido no mandado de segurança for controverso, admite-se, em nome da ampla defesa, a produção de prova pericial.

II – A jurisprudência tem entendido amplamente cabível *habeas corpus* para trancar ação penal, fundado na alegação de ausência de dolo na conduta do agente.

III – Excepcionalmente, admite-se a impropriedade de mandado de segurança para atacar ato judicial.

IV – O Ministério Público não é o único legitimado para ajuizar Ação Civil Pública na defesa do meio ambiente.

- (A) Somente I e IV estão corretas;
(B) Somente I e III estão corretas;
(C) Somente I, II e IV estão corretas;
(D) Somente III e IV estão corretas;
(E) Somente II e III estão corretas.

QUESTÃO 03

Analise as proposições abaixo e escolha a alternativa correta:

I – O Estado de Pernambuco tem competência para tipificar criminalmente as condutas ambientais que considera lesivas ao seu ecossistema.

II – O Município do Recife tem competência legislativa concorrente com a União e o Estado de Pernambuco sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

III – Na legislação concorrente, a União deve limitar-se a estabelecer normas gerais.

IV – O Rio São Francisco, por banhar mais de um Estado-membro, é de propriedade da União.

- (A) Somente I e IV estão corretas;
- (B) Somente I e III estão corretas;
- (C) Somente II, III e IV estão corretas;
- (D) Somente I, III e IV estão corretas;
- (E) Somente II e III estão corretas.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa correta:

- (A) A hierarquia existente entre o juiz federal de primeiro grau e o respectivo Tribunal Regional Federal impõe àquele sentenciar de acordo com a jurisprudência consolidada deste.
- (B) Sendo o Banco do Brasil uma sociedade de economia mista, tem ele seu foro natural na Justiça Federal.
- (C) João, morador de município que não é sede de vara da Justiça Federal, poderá ajuizar ação previdenciária contra o INSS no Juízo de Direito da Comarca em que reside (Justiça Estadual), ficando este investido de jurisdição federal, com competência para processar e julgar a causa.
- (D) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar ex-prefeito por crime de peculato cometido contra a União.
- (E) Ação de improbidade contra prefeito no exercício do mandato, em decorrência de desvio de verbas federais, deve ser ajuizada no TRF respectivo.

QUESTÃO 05

Sobre o Ministério Público, é correto afirmar:

I – Nos casos de ação penal pública, não está vinculado aos termos do indiciamento procedido pela autoridade policial no inquérito policial.

II – Compete-lhe autorizar escutas telefônicas nos casos de inquérito civil.

III – Poderá dispensar a instauração de inquérito policial para ajuizar a ação penal pública competente, se tiver elementos probatórios que entenda suficientes para tanto.

IV – Em legitimidade para defender judicialmente o direito de paciente em estado grave de ser internado em UTI.

- (A) Somente I e IV estão corretas;
- (B) Somente I e III estão corretas;
- (C) Somente II, III e IV estão corretas;
- (D) Somente I, III e IV estão corretas;
- (E) Somente II e III estão corretas.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 06**

Sobre domicílio é correto afirmar:

- (A) A pessoa natural somente pode ter um domicílio, enquanto a pessoa jurídica pode ter um domicílio para cada um dos seus estabelecimentos.
- (B) O conceito de domicílio é idêntico ao de residência.
- (C) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles decorrentes.
- (D) Para se efetivar a mudança de domicílio é necessário a comunicação expressa à autoridade municipal competente.
- (E) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o da capital do Estado onde por último residiu.

QUESTÃO 07

Sobre negócios jurídicos, é correto dizer:

- (A) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz e anulável aquele celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- (B) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, ainda que prejudique direito de terceiro.
- (C) O negócio jurídico simulado produz efeitos válidos.
- (D) Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado ainda que este se der posteriormente.
- (E) A simulação não pode ser alegada pelo Ministério Público.

QUESTÃO 08

Os negócios jurídicos possuem normatização própria a respeito da sua validade e eficácia. Seguindo a orientação do Código Civil, pode-se dizer que um negócio jurídico é nulo quando:

- (A) celebrado por pessoa relativamente incapaz;
- (B) se preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- (C) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- (D) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- (E) revestir-se da forma prevista em lei.

QUESTÃO 09

Sobre o regime jurídico de bens e o conceito das suas diversas modalidades, na forma instituída no Código Civil, marque a resposta certa.

- (A) O Código Civil estabelece que os bens do Estado são bens fora do comércio.
- (B) A partir da definição dos bens como acessórios e principais pode-se dizer que o minério seria principal em relação à mina.
- (C) Os bens públicos são classificados em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais.
- (D) As benfeitorias são bens acessórios e, quando voluptuárias, são indenizáveis.
- (E) Se for possível separar uma edificação do solo, removendo-a para outro local, conservando sua unidade, este bem perde o caráter imóvel, passando a ser considerado móvel.

QUESTÃO 10

Acerca dos atos ilícitos e da responsabilidade jurídica, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Quando os menores de 16 anos praticam atos ilícitos, a vítima fica irressarcida, como decorrência da falta de discernimento do menor para a prática de atos da vida civil.
- (B) O ato ilícito é fonte de obrigação.
- (C) A responsabilidade jurídica é uma reação provocada pela infração a um dever preexistente.
- (D) A responsabilidade civil é patrimonial, e, em regra, a dívida dela decorrente não gera prisão.
- (E) Ao estabelecer que o dolo e a culpa são fundamentos para a obrigação de reparar o dano, o Código Civil filiou-se à teoria subjetiva, embora não tenha deixado de prever situações que ensejam responsabilidade objetiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 11**

Sobre a ação, de acordo com a processualística civil hodierna:

I. É definida como sendo direito público, subjetivo e concreto a um pronunciamento judicial sobre uma situação jurídica controvertida.

II. É identificada pelos seus elementos subjetivos (as partes) e objetivos (pedido e causa de pedir).

III. Seu manejo pressupõe o preenchimento de certas condições, em número de três, quais sejam a legitimidade para o processo, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.

IV. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei, após e somente se houver aquiescência do Ministério Público.

Assinale uma das opções seguintes:

- (A) Nenhum dos itens está correto.
- (B) Existe um item correto.
- (C) Existem dois itens corretos.
- (D) Existem três itens corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 12

À luz do Processo Civil brasileiro, no tocante ao litisconsórcio, é correto dizer:

- (A) O litisconsórcio é o mesmo que pluralidade de pessoas no polo ativo e/ou passivo, litigando no mesmo processo, em conjunto.
- (B) Quanto à posição das partes, o litisconsórcio se classifica em ativo, quando a pluralidade for de autores; passivo, quando houver pluralidade de réus; e misto, quando ocorrer pluralidade de autores e réus.
- (C) Quanto à obrigatoriedade da formação, o litisconsórcio classifica-se em necessário (obrigatório), decorrente de imposição legal ou da natureza da relação jurídica ou facultativo, a critério do autor.
- (D) Litisconsórcio não é hipótese de intervenção de terceiro.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 13

É verdadeiro dizer, salvo:

- (A) Chama-se de oposição, à modalidade de intervenção de terceiros em demanda alheia com o objetivo de haver para si o bem jurídico disputado.
- (B) A nomeação à autoria é o incidente pelo qual o mero detentor da coisa ou cumpridor da ordem, quando demandado, indica pessoa que deveria figurar no polo passivo da relação processual.
- (C) A denunciação da lide visa garantir a indenização do denunciante caso perca a demanda, não sendo obrigatória em nenhuma hipótese.
- (D) O chamamento ao processo objetiva a inclusão do devedor ou dos coobrigados pela dívida (chamados) para integrarem o polo passivo da relação processual já existente, a fim de que o juiz declare, na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.
- (E) A assistência pode ser simples ou litisconsorcial.

QUESTÃO 14

Em relação ao Ministério Público, segundo a Constituição Federal vigente, é correto afirmar que:

I - Os Ministérios Públicos dos Estados têm por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após formação de lista tripartite dentre integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

II - Os Procuradores-Gerais de Justiça poderão ser exonerados "ad nutum" pelo Chefe do Poder Executivo, eis que o referido cargo é da confiança do Governador.

III - Aos membros do Ministério Público são outorgadas as seguintes garantias constitucionais: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios, nos termos da lei.

IV - São vedações constitucionais aos integrantes do "parquet": a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei; e) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

Assinale uma das opções seguintes:

- (A) Nenhum dos itens está correto.
- (B) Existe um item correto.
- (C) Existem dois itens corretos.
- (D) Existem três itens corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 15

A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito:

- (A) não faz coisa julgada;
- (B) produz somente preclusão;
- (C) faz coisa julgada material;
- (D) faz coisa julgada formal;
- (E) faz coisa julgada formal e material.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 16

Em relação à aplicação da lei penal brasileira, podemos afirmar:

- (A) O princípio da territorialidade somente se aplica aos crimes cometidos pelos brasileiros dentro do território do país.
- (B) O princípio da territorialidade é regra absoluta para os crimes praticados dentro do território nacional.
- (C) O crime praticado contra a vida do Presidente da República, em território estrangeiro, fica sujeito à extraterritorialidade condicionada.
- (D) Não se aplica a lei brasileira, nos crimes cometidos no exterior contra a vida do Presidente da República, caso o agente lá tenha sido processado e absolvido.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 17

No que tange à tipicidade é possível se afirmar:

- (A) Vai além da formal e admite um exame conglobado.
- (B) Não admite a aplicação da lei temporária, cessado o prazo de sua duração, ao fato praticado enquanto esteve em vigor.
- (C) Não admite, por hipótese alguma, seja integrada por um ato administrativo, em razão do princípio da legalidade.
- (D) Não admite, em razão do princípio da irretroatividade, a incidência da norma penal incriminadora a conduta a ela anterior, que configura crime permanente, mesmo que tal conduta se estenda após o momento da sua vigência.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 18

Em relação à conduta é possível afirmar:

- (A) A aceitação científica da teoria naturalística decorre do fato de ser a que melhor explica o delito omissivo.
- (B) A explicação vinda da teoria naturalística é a que melhor explica o crime tentado.
- (C) A teoria social da ação tem grande importância por explicar bem os crimes desprovidos de resultado.
- (D) A teoria finalística da ação tem como pressuposto o elemento volitivo e as consequências dele resultantes.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 19

Acerca da ação penal é possível afirmar:

- (A) Na ação penal pública condicionada, a Defensoria Pública pode promovê-la desde que o ofendido formule representação.
- (B) O Ministério Público Federal somente tem a titularidade da ação penal pública incondicionada.
- (C) A ação penal privada pode substituir a ação penal pública, de forma subsidiária, em qualquer situação.
- (D) A ação penal privada pode substituir a ação penal pública, condicionada ou incondicionada, desde que superado o prazo da denúncia.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 20

Em relação ao homicídio e tentativa é possível se afirmar o seguinte:

- (A) "A" não responde pelo crime quando, tendo produzido ferimentos em "B", com o ânimo de matar, vem este último a falecer em razão da ministração indevida, por parte da enfermeira, de uma substância tóxica confundida com o medicamento prescrito.
- (B) O elemento subjetivo tem que ser buscado no "foro íntimo" do agente, independentemente dos meios empregados.
- (C) Não é possível reconhecer a dolosidade da conduta quando, acaso tivesse o resultado como certo, o agente desistiria a ação.
- (D) É sempre culposos aquele derivado de atropelamento no trânsito.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

À luz da Constituição Federal de 1988:

- (A) O princípio da moralidade administrativa, além de ser um dever imposto ao administrador público, pode ser concebido igualmente como um direito individual de todo o cidadão em prol de uma boa administração pública.
- (B) O princípio da moralidade não é nem dever, muito menos direito subjetivo público, só aparecendo no preâmbulo da Carta Magna.
- (C) O princípio da moralidade é um mero dever, de que fala o art. 37 da Constituição Federal, mas sem o alcance de direito individual.
- (D) O princípio da moralidade, a exemplo das cartas anteriores, ainda não ganhou visibilidade na atual Constituição Federal, só podendo falar em ética como um direito supralegal.
- (E) Nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 22

Qual dos instrumentos abaixo não se presta para a proteção do patrimônio cultural:

- (A) tombamento;
- (B) inventário;
- (C) concessão;
- (D) registro;
- (E) vigilância.

QUESTÃO 23

Qual dos diplomas legais abaixo não se presta para a imposição de providências e sanções decorrentes da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa:

- (A) Lei nº 9.504/97 (Lei Geral das Eleições);
- (B) Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro);
- (C) Lei nº 9.637/98 (Lei das Organizações Sociais);
- (D) Lei nº 9.790/99 (Leis das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público);
- (E) Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

QUESTÃO 24

Conforme doutrina clássica de Hely Lopes Meirelles, os integrantes do Ministério Público e os membros do Poder Judiciário, além de outros agentes públicos com estes últimos equiparados, por disposição constitucional, seriam passíveis de enquadramento na categoria de agentes políticos. Forte em tal premissa, para os fins aqui cogitados, quais dos agentes públicos dos abaixo relacionados não estariam enquadrados nessa condição (de agentes políticos):

- (A) Juízes Federais;
- (B) Juízes dos Tribunais Regionais Federais;
- (C) Procuradores da República;
- (D) Procuradores das Procuradorias Regionais Federais;
- (E) Conselheiros dos Tribunais de Contas.

QUESTÃO 25

Os atos administrativos, no âmbito federal, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- (A) neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- (B) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- (C) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- (D) decorram de decisão em reexame de ofício;
- (E) todas as respostas acima estão corretas.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do período:

Os _____ moradores desta cidade _____requerer _____ Vossa Senhoria o _____ da procuração.

- (A) abaixo-assinados, vem, à, subestabelecimento.
- (B) abaixo assinados, vêm, à, substabelecimento.
- (C) abaixo-assinados, vêm, a, subistabelecimento.
- (D) abaixoassinado, vem, a, substabelecimento.
- (E) abaixo-assinados, vêm, à, substabilecimento.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase:

Foi dito que _____ ninguém seria permitido o acesso _____ sala de julgamento, _____ fim de preservar _____ segurança e o sigilo.

- (A) a, a, a, a.
- (B) a, à, a, a.
- (C) a, à, à, a.
- (D) à, à, à, à.
- (E) à, a, a, à.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas.

- (A) véu, herói, ideia, plateia, escarcéu, corréu.
- (B) véu, herói, idéia, platéia, escarcéu, co-réu.
- (C) veu, herói, ideia, plateia, escarcéu, corréu.
- (D) véu, herói, ideia, plateia, escarcéu, correu.
- (E) véu, herói, ideia, plateia, escarcéu, co-réu.

QUESTÃO 29

Examinando as palavras:

Expectativa – gorgeta – maizena – empecílio – ascensão – contrarrazões.

- (A) todas estão grafadas incorretamente.
- (B) todas estão grafadas corretamente.
- (C) apenas uma está grafada incorretamente.
- (D) apenas duas estão grafadas corretamente.
- (E) apenas duas estão grafadas incorretamente.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa em que há erro no emprego do pronome:

- (A) Jamais te enganaria desta maneira.
- (B) Ali se vendem relógios antigos.
- (C) Quanto alegrar-me-ia se ela voltasse.
- (D) Em se tratando de esportes, prefiro futebol às artes marciais.
- (E) Quero dizer-lhe toda a verdade.

QUESTÃO 31

Transpondo para a voz passiva a oração: " A pedido, a banda tocaria frevo e maracatu".

Obtém-se a forma verbal:

- (A) se tocaria;
- (B) será tocado;
- (C) seriam tocados;
- (D) serão tocados;
- (E) iam ser tocados.

QUESTÃO 32

Está desempregado _____ meses; mas a esperança e o vigor que sempre _____ nele não o _____.

- (A) faz – existiu – abandonar.
- (B) faz – existiram – abandonaram.
- (C) fazem – existiu – abandonarão.
- (D) fazem – existiram – abandonaram.
- (E) fazem – existiu – abandonaram.

QUESTÃO 33

Que alternativa preenche corretamente as lacunas ?

Assisti ao _____ da máquina.

Os _____ não são ignorantes.

Ele fez ao filho a _____ de uma parte das terras.

Ela foi apanhada em _____.

Exigir ser _____ da quantia que havia pago.

- (A) concerto – insipientes – cessão – flagrante – ressarcido.
- (B) conserto – incipientes – sessão – flagrante – resçarcido .
- (C) concerto – incipientes – seção – flagrante – resçarcido.
- (D) conserto – incipientes – cessão – flagrante – ressarcido.
- (E) concerto – insipientes – cessão – fragrante – ressarcido.

QUESTÃO 34

Observe as frases:

I - Daqui a Garanhuns são uns duzentos quilômetros.

II - Frevo ou maracatu representam as nossas raízes culturais.

III - Recife ou Olinda sediará o Congresso Internacional de Direitos Humanos.

IV – Eu, tu e João visitou o Forte das Cinco Pontas.

A concordância verbal está:

- (A) Correta em todas as alternativas.
- (B) Incorreta na segunda frase.
- (C) Incorreta em todas as alternativas.
- (D) Incorreta nas alternativas II e IV.
- (E) Correta nas alternativas I, II e III.

QUESTÃO 35

Que alternativa completa corretamente as lacunas das frases abaixo:

Cem milhões _____ muito.

Eu, tu e ele _____ a tarefa.

Fui eu que _____ o problema.

Minas Gerais _____ grandes talentos musicais.

- (A) são, fizemos, resolvi, revelaram.
- (B) é , fizeram, resolveu, revelaram.
- (C) é , fizemos, resolvi, revelou.
- (D) são, fez, resolvi, revelaram.
- (E) é, fizemos, resolveu, revelou.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2013

PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Considerando que a locação é contrato consensual e não solene, Virgílio e Thomás ajustaram verbalmente a locação de um imóvel residencial por trinta meses. Findo os trinta meses, Virgílio, como locador do imóvel, valendo-se do preceito legal que permite a retomada imotivada (denúncia vazia) dos imóveis, cujo prazo de locação foi avençado por 30 meses, resolveu pedir a devolução do imóvel após o término do prazo contratual. Thomás, porém, recusa-se a devolver o imóvel, alegando que a hipótese não é de denúncia vazia, e que no caso acima narrado, só é possível a retomada do imóvel motivadamente.

Indaga-se: Quem tem razão? Explique e justifique a resposta.

BOA SORTE!

2

4

6

8

10

12

14

16
18
20
22
24
26
28
30
32
34
36
38
40
42
44
46
48



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2013

RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO